

UM BALANÇO DA ECONOMIA ARGENTINA NOS ANOS 1990/2000: DO RETROCESSO AO CRESCIMENTO

Lucas dos Santos Ferreira

llucas.s.f@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Fábio Napoleão

f2fn@udesc.br

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

“Ya no podemos ser el pueblo de hojas, que vive en el aire, con la copa cargada de flor, restallando o zumbando, según la acaricie el capricho de la luz, o la tundan y talen las tempestades ¡los árboles se han de poner en fila, para que no pase el gigante de las siete léguas! Es la hora del recuerdo y de la marcha unida, y hemos de andar en cuadro apretado, con la plata en las raíces de los Andes.”

José Martí

1

A partir da entrada da economia mundial na fase recessiva do 3º Kondratieff (1920-48), foram abertas novas possibilidades para o desenvolvimento econômico latino-americano. A crise de 1929-1930 e a conseqüente contração da capacidade de importação dos países do centro do sistema capitalista, ao lado da chegada ao poder de classes sociais voltadas ao mercado interno (industriais e produtores agrícolas voltados ao mercado interno) permitiram a gestação de dinâmicos movimentos substitutivos de importação no continente, mais rápidos no Brasil com o apoio do imperialismo financeiro norte-americano, e mais lentos num primeiro momento na Argentina, ainda vinculada à Inglaterra, como brilhantemente destaca o geógrafo brasileiro A. Mamigonian.¹

Conforme o autor, “um amplo arco de interesses nacionalistas, mobilizado por uma aliança política populista, prevaleceu no continente de 1930 a 1980, com experiências muito ricas em: 1) planejamento e financiamento econômico, como a CORFO no Chile (1939), o BNDE no Brasil (1952), a Corporação de Fomento Andino mais tarde. Diga-se que o pioneirismo da CORFO aproveitou uma antiga experiência mexicana da primeira metade do século XIX, o Banco de Avio, financiador da indústria têxtil daquele país, 2) órgãos de pesquisa em diferentes níveis e setores, como a CEPAL, universidades como a UNAM e a USP, pesquisas agrícolas como a EMBRAPA, etc 3) implantação e expansão de grandes empresas estatais em várias áreas estratégicas, como a de petróleo: YPF, PEMEX, PETROBRÁS, PDVSA, etc.”²

Além dos grandes avanços políticos e econômicos (governos de L.Cárdenas, J.D.Perón e G.Vargas, no México, Argentina e Brasil respectivamente, experiência socialista no Chile, Revolução Cubana, etc), houve um engrandecimento intelectual do continente, fruto da realidade que ali estava em processo de construção, cabendo o destaque das orientações de estudo de R. Prebisch na CEPAL, criada no ano de 1948, e no caso da Geografia do

¹ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: Amália Inês Geraiges de Lemos; Maria Laura Silveira; Maria Mónica Arroyo (Org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005.

² Idem. p. 119.

surgimento de uma genial geração de geógrafos nos anos 50 (A. Ab'Saber, M. Santos, M. Correia de Andrade, C.A.F. Monteiro, etc).

Posteriormente, com a crise de 1973 e o declínio econômico e político dos EUA, idéias como “globalização” e “fim das relações centro-periferia” passaram a ser amplamente difundidas pelo mundo. Sob a égide de máximas como “um mundo só é possível”, “aldeia global”, e mesmo de “perda de importância das fronteiras nacionais” sustentada por Z. Baumann³, o neoliberalismo passou a ser imposto na América Latina, sendo o continente estrangulado financeira e comercialmente pelo imperialismo estadunidense, por intermédio de governos entreguistas, assassinos econômicos, a exemplo de Philip Goldberg e Patrick Duddy, e instituições de cunho “internacional” como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A conjuntura depressiva iniciada com a crise do petróleo seguiu provocando grandes impactos na economia dos EUA na década de 70, até que o governo R. Reagan deu início a política de resposta agressiva as novas condições mundiais, cujos perversos impactos na periferia do sistema capitalista podemos observar em importantes estudos realizados por A. Biondi (O Brasil Privatizado), A. Boron (Tras el búho de Minerva), A. Mamigonian (Qual o futuro da América Latina?), P.N. Batista Jr (A economia como ela é) dentre outros.

Como expressão da contradição que então se apresentava, os EUA impositores de medidas neoliberais ao mundo, praticavam internamente uma combinação de políticas keynesianas (corrida armamentista) e neoliberais (leis trabalhistas), totalmente disformes a suas imposições. A aceitação das imposições do FMI, do Banco Mundial e de elocubrações de intelectuais pró-imperialistas oriundas do centro do sistema conduziram a América Latina a ruína, num brutal processo de abertura de mercados, privatizações e desnacionalizações.

2

A partir do último quartel do século XX, a Argentina foi transformada em um laboratório para as doutrinas e políticas econômicas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington. Poucas nações no mundo avançaram tanto em termos de liberalização, “integração” internacional e concessão unilateral de aspectos essenciais da autonomia econômica nacional. Os recentes governos militares argentinos (1976-83) foram responsáveis pela brusca redução e eliminação de importantes impostos sobre importações, que passaram a competir internamente com a produção nacional, pela elevação das taxas de juro e pelo desmantelamento de incentivos que até então tornavam a indústria argentina competitiva a nível regional. Esse período foi caracterizado por uma redução do produto interno bruto nacional, causada pela diminuição de 12% no faturamento do setor industrial entre 1974 e 1983, cabendo destacar que sua participação na composição do PIB foi reduzida de 26,1% nos anos 60 para 19,9% em meados dos anos 80, pelo drástico encolhimento do mercado interno, com a redução da participação dos assalariados no total de ingressos nacionais de 45% em 1974 a 26% em 1983, pela equiparação dos investimentos estrangeiros aos de capital nacional e pelo aumento da dívida externa de 8 a 45 bilhões de dólares, fazendo com que o país passasse a ser um dos maiores devedores do mundo.⁴

³ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

⁴ Os dados em questão podem ser encontrados em: FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004 e BORON, Atilio. Problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda: una mirada desde la Argentina. In: **Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

Na década de 90, se intensifica o desmonte da economia argentina, sendo o plano de conversibilidade o grande marco desse processo. De acordo com Paulo Nogueira Batista Jr. “no campo monetário e cambial, a Argentina regrediu, entre 1991 e 2001, ao currency board (conselho da moeda) concebido no século XIX para as colônias africanas, asiáticas e caribenhas da Inglaterra e outras metrópoles européias. Não obstante o seu anacronismo, o modelo monetário implantado pelo ministro Cavallo, no primeiro governo Menem, era elogiado, até há poucos anos, *urbi et orbi* – e apontado como exemplo a ser seguido por países como o Brasil, o México, a Rússia e diversos outros.”⁵

O plano de conversibilidade do então ministro D. Cavallo fixou a taxa de câmbio em relação ao dólar, eliminou restrições à transformação de pesos argentinos em moeda estrangeira e definiu um lastro para a moeda nacional (a emissão de passivos monetários só poderia ser efetuada com correspondente existência de reservas em dólares.). As imposições do imperialismo realizadas por intermédio da lei de conversibilidade promulgada em 1991 seriam mantidas por 10 anos, e seus impactos viriam a ser sentidos até o presente momento.

O problema central da dependência financeira e monetária então estabelecida reside nas freqüentes disparidades entre as prioridades do país emissor da moeda âncora (EUA) e as do país emissor da moeda ancorada (Argentina). Não existe sincronia entre os ciclos econômicos endógenos e os países estão sujeitos a choques exógenos que atingem as economias nacionais de forma diferenciada. Deste modo é de importância vital preservar a capacidade nacional de definir autonomamente as políticas monetária e cambial.⁶

A partir de 1997-98 a Argentina passou a sofrer sucessivos choques externos: a contração da oferta de capitais estrangeiros em decorrência das crises no leste da Ásia e na Rússia, um declínio dos termos de intercâmbio externo, a crise do Brasil, a desvalorização acentuada do real, a desaceleração marcada da economia dos EUA, entre outros.

A rigidez do modelo cambial implantado mostrou-se então uma desvantagem muito maior do que poderiam admitir seus advogados dentro e fora da Argentina. A economia entrou em uma prolongada recessão e as taxas de desemprego aumentaram brutalmente.

Uma economia na conjuntura em questão precisaria de uma desvalorização cambial substancial, capaz de reativar a economia deprimida e reduzir sua dependência em relação aos capitais estrangeiros. Presa à camisa-de-força do plano de conversibilidade, a Argentina foi compelida a seguir o caminho oposto. O peso valorizou-se em termos reais, como reflexo da valorização do dólar. Na obrigação de executar as metas negociadas com o FMI, recuperando a credibilidade junto aos mercados financeiros e o acesso a crédito externo, sucessivos ministros da economia dos governos Menem e De la Rúa implementaram programas de austeridade fiscal, envolvendo aumentos de tributos e cortes de gastos do governo. A combinação de juros em alta e ajustes de ordem fiscais agravou a recessão e o desemprego,

⁵ BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados, 16 (44), São Paulo, 2002.

⁶ P.N Batista Jr. refere-se à problemática de tal questão ressaltando que: “Estando superaquecida, a economia central precisa, em princípio, de taxas de juro mais altas e de contenção da oferta de crédito. Já a economia dependente, em recessão, requer o contrário: juros mais baixos e ampliação do crédito. No entanto, como quem comanda é o banco central emissor da moeda âncora, os juros sobem e o crédito se retrai nos dois países. Isso pode resolver os problemas da economia central, mas agrava os da economia dependente, provocando contração adicional da demanda de consumo e de investimento e deprimindo ainda mais os níveis de produção e de emprego. A política monetária anticíclica do banco central emissor da moeda âncora se converte, na economia dependente, em uma política monetária prócíclica, de efeitos contraproducentes. As restrições à mobilidade internacional do trabalho tornam o problema mais sério, na medida em que impedem, ou dificultam muito, a migração de trabalhadores desempregados da economia dependente em recessão para a economia central aquecida.” Idem, p. 86)

sem restabelecer a “confiança dos mercados”. Até porque a recessão, o desemprego e as elevadas taxas de juros impossibilitaram o controle do déficit fiscal e ampliaram a dívida pública.

Praticamente todos os setores da indústria nacional foram desmantelados, através do estrangulamento financeiro (os juros cobrados pelos bancos nacionais chegavam a ser até 4 vezes maiores do que a média mundial) e da abertura de mercado lastreada pela paridade peso-dólar. Muitas empresas de capital argentino foram incorporadas por grandes multinacionais estrangeiras e outras foram levadas a fechar as portas.

Os grupos empresariais que resistiram ao genocídio industrial passaram a operar com um maior percentual de capacidade ociosa, tendo sua produção reduzida (tabela 2), juntamente com o número de trabalhadores e as margens de lucro.

Ademais, a autonomia nacional viu-se reduzida por um violento processo de sucateamento e privatização de importantes estatais com capacidade de realização de investimentos, a exemplo da Gas del Estado, YPF, Aerolíneas Argentinas, Correios, etc.

De acordo com A. Mamigonian, “várias interrupções neoliberais no processo de industrialização e, sobretudo as últimas, no período Menem, provocaram desindustrialização por dois processos simultâneos: 1) dolarização da economia que facilitou importações e dificultou exportações, fragilizando a economia nacional; e 2) privatização selvagem, que entregou às multinacionais até empresas ligadas à segurança nacional, como a YPF (Repsol), a Aerolíneas Argentinas (Iberia inicialmente), serviços postais, etc., no caso mais extremo de privatização e desnacionalização na América Latina.”⁷

TABELA 1

DESNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA

Origem do Capital	Valor do Patrimônio								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	Bilhões de pesos								
Argentino	18.884	15.067	14.194	13.807	13.675	13.735	13.014	12.848	23.029
Estrangeiro	22.085	24.598	27.800	30.039	30.361	31.890	30.256	37.069	73.563

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC)

Elaboração: FERREIRA, Lucas dos Santos

⁷ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: Amália Inês Geraiges de Lemos; Maria Laura Silveira; Maria Mónica Arroyo (Org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005. p. 129.

TABELA 2

Valor bruto de la producción y valor agregado bruto por rama de actividad de la industria manufacturera a dos dígitos. Años 1997-2001

Rama de actividad	Año 1997		Año 1998		Año 1999		Año 2000		Año 2001	
	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto
Nivel general	103.971.170	31.203.656	102.881.100	30.938.056	90.228.809	27.737.826	89.433.967	26.224.276	81.301.253	26.595.957
Elaboración de productos alimenticios y bebidas	32.832.717	7.586.581	32.955.001	7.866.388	30.956.634	7.780.581	28.801.306	7.107.375	27.242.173	7.332.208
Elaboración de productos de tabaco	950.589	339.828	922.016	370.948	939.719	397.135	853.635	358.889	924.397	439.250
Fabricación de productos textiles	4.269.520	1.370.964	3.690.102	1.241.803	3.075.893	1.120.590	2.962.504	1.063.078	2.451.506	889.249
Fabricación de prendas de vestir; terminación y teñido de pieles	1.856.745	730.132	1.975.856	746.984	1.656.396	651.355	1.449.969	518.727	1.370.974	508.466
Curtido y terminación de cueros; fabricación de maletas, bolsos de mano, artículos de talabartería y guarnicionería, y calzado	2.490.274	698.457	2.099.126	540.835	1.972.858	538.520	1.973.408	490.035	1.837.564	481.531
Producción de madera y fabricación de productos de madera y corcho, excepto muebles; fabricación de artículos de paja y materiales trenzables	734.848	291.275	766.596	324.740	683.837	274.086	631.612	257.735	543.564	220.032
Fabricación de papel y de productos de papel	3.413.880	977.836	3.376.530	1.149.843	3.014.386	957.299	3.221.659	1.026.714	2.967.725	1.087.700
Actividades de edición e impresión y de reproducción de grabaciones	3.721.122	1.730.239	3.919.483	1.826.715	3.318.875	1.473.035	3.160.717	1.408.808	2.687.792	1.269.946
Fabricación de coque, productos de la refinación del petróleo y combustible nuclear	6.226.048	1.137.751	5.851.751	880.709	6.158.297	1.375.780	8.260.532	1.058.901	8.007.667	2.107.548
Fabricación de sustancias y productos químicos	13.086.082	4.898.553	13.319.055	4.820.253	12.408.650	4.553.414	12.373.384	4.299.806	11.835.380	4.656.989
Fabricación de productos de caucho y plástico	3.769.649	1.432.901	3.738.267	1.514.425	3.255.057	1.243.727	3.209.617	1.213.337	2.934.494	1.053.967
Fabricación de otros productos minerales no metálicos	2.902.848	1.360.508	2.889.678	1.298.369	2.690.241	1.154.121	2.333.735	1.022.490	2.014.347	933.346
Fabricación de metales comunes	5.809.355	1.755.855	5.244.288	1.597.241	3.787.464	1.129.492	4.059.978	1.423.835	3.745.709	1.461.459
Fabricación de productos elaborados de metal, excepto maquinaria y equipo	3.628.562	1.438.281	3.522.038	1.453.257	2.948.466	1.288.428	2.863.038	1.195.550	2.365.497	1.036.758
Fabricación de maquinaria y equipo n.c.p.	4.116.111	1.549.201	4.149.423	1.568.104	3.154.897	1.113.140	2.917.979	1.130.379	2.571.921	957.406
Fabricación de maquinaria de oficina, contabilidad e informática	59.460	10.993	42.431	8.934	44.974	17.704	42.681	20.004	37.580	15.190
Fabricación de maquinaria y aparatos eléctricos n.c.p.	1.791.870	612.084	1.827.591	651.163	1.548.312	592.483	1.293.201	461.960	1.164.706	395.935
Fabricación de equipo y aparatos de radio, televisión y comunicaciones	1.239.147	394.154	1.245.074	329.969	1.034.446	282.032	1.171.938	301.210	639.563	163.969
Fabricación de instrumentos médicos, ópticos y de precisión y fabricación de relojes	412.796	180.607	432.208	201.263	412.798	171.270	351.586	161.298	300.166	130.356
Fabricación de vehículos automotores, remolques y semirremolques	9.047.465	2.048.613	9.305.379	1.892.768	5.761.486	1.055.002	6.283.500	1.215.989	4.670.169	1.034.032
Fabricación de otros tipos de equipo de transporte	490.248	223.480	440.555	196.009	384.586	164.582	305.654	129.344	264.245	119.233
Fabricación de muebles; industrias manufactureras n.c.p.	1.121.833	435.362	1.168.652	457.336	1.020.538	394.051	912.334	358.812	724.114	301.390

Fuente: INDEC, Encuesta Industrial Anual

Tamanha destruição da capacidade produtiva nacional promoveu um grandioso processo de deterioração dos indicadores sociais do país. Enormes contingentes populacionais foram condenados ao desemprego e a miséria generalizada. Dinâmicas cidades dependentes de plantas industriais se transformaram em verdadeiras “cidades fantasma” e as “vilas misérias” seguiram com um crescimento sem precedentes.

TABELA 3

Níveis de Pobreza - Em % de indivíduos

36,7	38,9	53,9	58,2	54,2	48,6	45	41,2
<u>mai/01</u>	<u>out/01</u>	<u>mai/02</u>	<u>out/02</u>	<u>1º sem/03</u>	<u>2º sem/03</u>	<u>1ºsem/04</u>	<u>2º sem/04</u>

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC)

Elaboração: FERREIRA, Lucas dos Santos

Após a incoseqüente adoção das imposições do FMI, a economia argentina foi levada a falência registrando significativos decréscimos em seu PIB em 2001 e 2002. Em 2001 o plano de conversibilidade atingiu o seu limite existencial. Um dos maiores responsáveis por tamanha destruição das forças produtivas nacionais, Domingo Cavallo, foi incumbido de administrar a fase final do modelo por ele estruturado em 1991. A missão do ministro era tirar a economia argentina da recessão preservando o regime monetário, tarefa irrealizável. Os rígidos dispositivos institucionais introduzidos com o intuito de estimular a confiança e garantir a credibilidade do peso, foram transformados em fontes de insegurança. Sucessivas manobras financeiras, incluindo empréstimos do FMI dentre outras fontes, custosas operações de troca de títulos públicos e medidas de ajustamento fiscal, não foram capazes de evitar que no final do ano, o ministro Cavallo tivesse que reconhecer a necessidade de reestruturar as dívidas públicas. A dívida interna foi renegociada, com redução de juros e o alongamento do perfil da dívida. Contudo, essas providências não foram mais suficientes para impedir a derrocada do modelo vigente.⁸

A situação econômica em franco descontrole, juntamente às medidas emergenciais adotadas pelo governo (corralito, moratória, desvalorização, etc) agravavam ainda mais o já conflituoso cenário político. A população argentina já descontente com as crescentes taxas de desemprego e continuas reduções salariais explodiu revoltas por todo país, num dos maiores levantes populares da história recente da América Latina, amenizados somente com a eleição de N.Kirschner em 2003 e com a reestruturação econômica após o abandono da cartilha neoliberal seguida religiosamente por C. Menem.

3

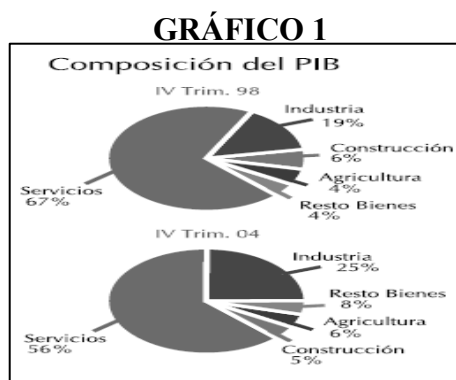
A partir do governo de N. Kirschner e da promoção de uma significativa desvalorização da moeda nacional, do estímulo ao consumo interno, do controle de preços e do aumento do investimento público, a economia argentina entrou numa fase de crescimento contínuo. Após o enorme desastre de 2001, quando a economia argentina chegou a encolher 15% e o desemprego atingiu 21% da população, a trajetória econômica apresentou uma grande

⁸ BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados, 16 (44), São Paulo, 2002.

inflexão, com o PIB argentino chegando a crescer 45% entre 2003 e 2007 – a uma média de 8,6 % ao ano, e o desemprego caiu 10,2%.⁹

A Argentina a partir de então passa por “três processos paralelos de recuperação econômica: 1) em decorrência da forte desvalorização do peso argentino frente ao dólar, as importações foram penalizadas, pois ficaram muito mais caras, enquanto as exportações foram favorecidas, o que levou ao aumento da produção pelos dois lados: produtos industriais antes importados (pisos cerâmicos, por exemplo), passaram a ser produzidos internamente, enquanto produtos agrícolas exportados (soja, por exemplo) ficaram mais baratos e tiveram a produção aumentada; 2) o governo argentino, depois de suspender o pagamento dos juros da dívida pública, teve recursos para pagar salários-desempregos de US\$ para mais de dois milhões de pais de família, com a contrapartida da prestação de serviços, em gigantesca operação keynesiana, o que estimulou o consumo e conseqüentemente a produção; 3) com a desvalorização do peso argentino, uma parcela da classe média que havia guardado em casa suas economias em dólares, foi favorecida com o barateamento dos custos da construção civil frente aos seus recursos financeiros valorizados e assim aplicou maciçamente em novos imóveis. Por isso, diante do crescimento de 8,4% em 2003, o aumento da produção industrial foi de 16,3% e o da construção civil saltou para 37,6%. O fato é que, em termos reais, o PIB argentino cresceu de 28% nos últimos três anos, puxado, sobretudo pelos 50% de crescimento industrial. Diante da retomada da economia, o desemprego que havia atingido 18,2% em 2001, começou a cair e já era de 12% em 2004.”¹⁰

A partir da utilização de parte capacidade ociosa instalada durante os anos 90 (não podemos esquecer que houve um processo paralelo de destruição de capacidade ociosa) e de novos investimentos, o setor industrial recuperou seu dinamismo, e novamente passou a ocupar um lugar de destaque na composição do PIB (gráfico 1). Ainda assim, conforme estudos recentes dirigidos por B. Kosakoff na CEPAL¹¹, não houve até o presente momento uma tendência de investimentos em novos setores e não se desenvolveu um novo processo de substituições de importações.¹²



Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC)

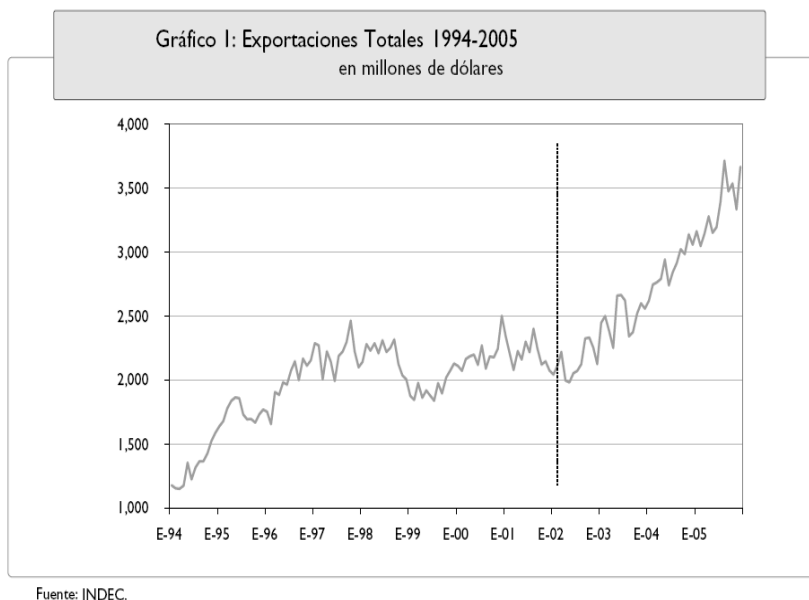
⁹ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Argentina Vitoriosa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 1º jan. 2004.

¹⁰ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: Amália Inês Geraiges de Lemos; Maria Laura Silveira; Maria Mónica Arroyo (Org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005. p. 130.

¹¹ KOSACOFF, Bernardo (org). **Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002 – 2007**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

¹² Naturalmente a retomada do crescimento industrial não ocorreu de maneira homogênea em todo o país. Como demonstram os dados de evolução do emprego no setor industrial do INDEC, a expansão no número de postos de trabalho na indústria foi maior nas províncias de Santa Fé, Buenos Aires e Córdoba do que nas demais províncias argentinas.

Também o setor agrícola contribuiu em grande medida para reconstituição da economia nacional, através do aumento das exportações ¹³, facilitado tanto pela melhora dos preços internacionais das commodities – em grande medida fruto do crescimento da demanda internacional pela incorporação de amplos setores da população chinesa - quanto pela queda nos custos de produção propiciada pelas novas condições técnicas desenvolvidas.



“O governo Kirchner passou a defender mais firmemente os interesses nacionais e populares: 1) a política de câmbio mantém o dólar em patamar suficiente para desestimular importações e estimular exportações, o que o Brasil não tem feito; 2) obrigatoriedade de permanência dos ingressos estrangeiros na bolsa de Buenos Aires em prazos mais prolongados, aproveitando a experiência chilena; 3) cobrança de impostos sobre exportações agrícolas, que chega a 23,5% para a soja, semelhante ao antigo confisco cambial no café no Brasil, com o objetivo de criar superávit fiscal; 4) congelamento das tarifas de serviços públicos privatizados (Suez, Telefonica, AES, etc.), que tem levado várias multinacionais à contestação judicial junto ao Banco Mundial; 5) recriação de empresas estatais como a ENERSA no setor energético, e acordo recente com a PDVSA, visando operar em conjunto 130 postos de combustíveis; e 6) restabelecimento da dignidade política, com a crescente condenação da ditadura militar (1976-1983), fortemente anti-popular e pró-imperialista, como também está ocorrendo no Chile.” ¹⁴

A história recente argentina, expõe de maneira clara as limitações teóricas dos defensores da não intervenção do Estado na economia, os efeitos perversos da aceitação do Consenso de Washington e dos ditames do imperialismo estadunidense por parte da periferia do sistema capitalista e a necessidade iminente de recordar as geniais palavras do libertador José Martí, quando nos diz que já não podemos ser o povo de folhas que vive no ar voando segundo os caprichos das tempestades, que devemos nos colocar de pé, para que não passe o gigante das sete léguas.

¹³ Importante destacar que 85% da pauta exportadora argentina são compostos por bens primários, combustíveis e manufaturas e baixo conteúdo tecnológico intensivas em recursos naturais ou em escala.

¹⁴ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: Amália Inês Geraiges de Lemos; Maria Laura Silveira; Maria Mónica Arroyo (Org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005. p. 131.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira, **A economia como ela é**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados, 16 (44), São Paulo, 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Argentina Vitoriosa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 1º jan. 2004.

BORON, Atilio. Problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda: una mirada desde la Argentina. In: **Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2004

KOSACOFF, Bernardo (org). **Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002 – 2007**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: Amália Inês Geraiges de Lemos; Maria Laura Silveira; Maria Mónica Arroyo (Org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005.

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) - www.indec.gov.ar.